

Comunicações

Por uma visualidade de Antônio Conselheiro: representações do beato antes e durante a guerra total de Canudos

Jadilson Pimentel dos Santos
IFBA/UNICAMP

Resumo

Se a gênese dos informes noticiosos acerca do aparecimento do profeta cearense se deu no ano de 1874, em Sergipe, as primeiras imagens do beato que começaram a circular, no Brasil, são datadas do final de 1895; sendo, todavia, o ano de 1897, época do grande conflito e do arrasamento de Canudos, o período de maior circulação de imagens impressas em jornais da capital da nação, nos volantes das cidades nordestinas e folhetos diversos. Essas imagens, que tardiamente passaram a circular, são litogravuras e, às vezes, xilogravuras publicadas em periódicos nordestinos, que utilizaram, como ponto de partida, para a criação do retrato falado do profeta, o relatório do capuchinho Frei Evangelista do Monte Marciano que esteve em Belo Monte em maio de 1895. Como os documentos imagéticos que se preservaram foram os articulados durante a Campanha de Canudos, muitas dessas representações estão sobrecarregadas de grande carga de intolerância que beiram, por vezes, o etnocentrismo. Lê-se, constantemente como título dessas imagens, frases provocativas que desqualificam o trabalho do peregrino Conselheiro. Palavras como; fanático, megalomaniaco, asceta, messias esquálido, inimigo da república, psicótico místico, líder político dos desvalidos e sem terra, dentre outras. Baseado em documentos, fotografias e gravuras, este trabalho intenta abordar sobre a estética e o *modus operandi* do repertório imagético articulado em torno de Antônio Conselheiro, bem como discorrer sobre o propósito das exposições em jornais e outros veículos de comunicação de modo que se possa realçar as memórias do evento denominado Guerra de Canudos

Palavras-chave: Antônio Conselheiro. Iconografia conselheirista. Gravuras de jornais.

Introdução

Foi na Vila Nova do Campo Maior do Quixerembim, no centro do território do Ceará Grande, no início do ano de 1830, como consta em seu batistério, que nasceu o Antônio Vicente Mendes Maciel.

O menino, que nasceu num dia 13, fora chamado na pia batismal de Antônio Vicente, o mesmo nome com que seria chamado em sua infância e juventude. Antônio é o nome do padroeiro da Vila e Vicente o nome do seu pai.

Fora batizado na Igreja Matriz de Santo Antônio cujo fundador foi o português Antônio Dias Ferreira, e teve como madrinha uma personagem que entraria para as crônicas do Ceará: Maria de Paula Lessa, a Marica Lessa imortalizada na obra *Dona Gidinba do Poço*, de Manuel de Paiva Neto.

Como se pode observar foi a Igreja Matriz do Quixerembim a primeira referência de edificação religiosa na vida de Antônio Vicente. Na matriz de Antônio Dias ele recebeu o sacramento do batismo, casou e cumpriu todas as suas obrigações religiosas.

Na voz do escritor Nertan Macedo (1978, p. 20), Antônio amava a solidão, era um fruto dela, pois acostumara-se com a morte, que passava constantemente através dos cortejos fúnebres na porta de sua casa, onde homens e mulheres, beatas e velhas oravam na rua, ecoando em sons pungentes, confusos, palavras inaudíveis, apagadas, ecoando na noite, litânica, esvaída em *misereres*.

Segundo o autor, foi assim que Antônio foi crescendo e vivendo à sombra da capela do capitão português, aquela capela que projetava no mar da noite sertaneja, em branca nudez de paredes caídas, vela de barco em navegação. Foi esse contexto, permeado de religiosidades e misticismos, um dos aspectos de influência na vida devotada à religião e liderança exercida por mais de 20 anos de peregrinação pelos recônditos dos sertões e na sua Belo Monte.

O ano de 1874 é marcado como a data do aparecimento de um misterioso personagem nos sertões da Bahia e Sergipe, dizendo chamar-se Antônio dos Mares e proceder da província do Ceará. A fonte primária é um semanário sergipano, impresso e editado na cidade de Estância, cujo título chama-se *O Rabudo*, sendo a tiragem de número 07, de 22 de novembro de 1874.

Nessa fonte lê-se a descrição do tipo físico do futuro beato profeta, sua falta de higiene, seus conselhos, seu forte poder de suggestionar os sertanejos, a ameaça que ele representava para a ordem pública, a obra material que ele começava a articular com a restauração da capela do povoado de Rainha dos Anjos, município de Itapicuru, Bahia, dentre outros.

Todavia, o primeiro anuário impresso a apresentar e a divulgar Antônio Conselheiro para a capital do Império, foi a *Folhinha Laermert*. A notícia do conceituado veículo de comunicação, ainda no ano de 1877, três anos após a publicação do informe noticioso sergipano, faz a apresentação do peregrino à corte brasileira. Nesse sentido, já se pode notar em seu conteúdo uma espécie de apresentação do canto do Conselheiro e sua grei, o qual se fez presente posteriormente em Canudos através de suas ladainhas e benditos.

Apareceu no sertão do norte um indivíduo, que se diz chamar Antônio Conselheiro, e que exerce grande influência no espírito das classes populares servindo-se do seu exterior misterioso e costumes ascéticos, com que impõe à ignorância e à simplicidade. Deixou crescer a barba e cabelos, veste uma túnica de algodão e alimenta-se tenuamente, sendo quase uma múmia. Acompanhado de duas professoras, vive a rezar terços e ladainhas e a pregar e a dar conselhos às multidões, que reúne, onde lhe permitem os párocos; e, movendo sentimentos religiosos, vai arrebanhando o povo e guiando-o a seu gosto. Revela ser homem inteligente, mas sem cultura. (Folhinha Laemmert, apud CUNHA, 2002, p. 157).

De acordo com Calasans (1959, p. 47) o mais famoso chefe carismático do Brasil, surge no cenário histórico do nosso país nas derradeiras décadas do século XIX, sempre vestido num surrado camisolão azul, barbas e cabelos compridos, magríssimo, alimentando-se muito pouco, conversando quase por monossílabos, frequentemente em atitudes contemplativas. Gostava de pregar aos sertanejos nordestinos, indicando-lhes, nos conselhos que dava, o caminho da salvação, condenando o luxo e a dissolução dos costumes, recomendando a prática dos jejuns, combatendo o regime republicano, apontado como a criação do demônio. Ainda segundo o autor, suas constantes pregações, mescladas de citações latinas, arregimentaram milhares de fiéis, homens e mulheres, velhos e moços, muitos dos quais abandonavam seus lares, desfazendo-se mesmo dos bens que possuíam, para seguir o peregrino cearense nas suas constantes caminhadas pelos longínquos sertões brasileiros.

Manuel Benicio (1899, p. 69), jornalista que estivera em canudos descreve o canto religioso de Canudos com uma certa intimidade. Em seu livro o *Rei dos Jagunços* ele diz que o Conselheiro e seus acólitos puxavam ladainhas, acordando as solidões das selvas sendo que à noite, naqueles sertões despovoados e solitários, as vozes dos devotos se erguiam, cantando benditos e entoando orações a mãe de Jesus.

As representações do beato antes e durante a guerra total de Canudos

Se a gênese dos informes noticiosos acerca do aparecimento do profeta cearense se deu no ano de 1874, em Sergipe, as primeiras imagens do beato que começaram a circular, no Brasil, são datadas, possivelmente, do final de 1895 ou 1896. Sendo, todavia, o ano de 1897, época do grande conflito e do arrasamento de Canudos, o período de maior circulação de imagens impressas em jornais da capital da nação, nos volantes das cidades nordestinas e folhetos diversos.

Essas imagens, que tardiamente passaram a circular, a partir de 1895, são litogravuras e, às vezes, xilogravuras publicadas em periódicos nordestinos, que utilizaram, como ponto de partida, para a criação do retrato falado do profeta, o relatório do capuchinho Frei Evangelista do Monte Marciano que esteve em Belo Monte em maio, desse mesmo ano.

Sabe-se que poucas imagens de Antônio Conselheiro chegaram aos nossos dias. Embora alguns fotógrafos e desenhistas a partir da segunda metade do século XIX, tivessem passado em incursões etnográficas registrando o Nordeste e alguns flagelados da grande seca de 1877, sobre o beato e o seu povo, pouco se sabe acerca de possíveis registros.

Como os documentos imagéticos que se preservaram foram aqueles articulados durante a Campanha de Canudos, muitas dessas representações estão sobrecarregadas de grande carga de intolerância, que beiram, por vezes, o etnocentrismo.

Lê-se, constantemente como título dessas imagens, frases provocativas e que desqualificam o trabalho do peregrino. Palavras como; fanático, megalomaniaco, o asceta, o messias esquálido, o inimigo da república, o psicótico místico, o líder político dos desvalidos e sem terra, dentre outras reafirmava, sobremaneira, a forma de pensar de Euclides da Cunha (2002), quando este dizia: “seu único milagre: conseguia não se tornar ridículo, e ainda por cima realizava o absurdo de ser útil”.

Reafirmando o que alguns intelectuais da época reiteraram, bem como o relatório do frei italiano João Evangelista do Monte Marciano, também eivado de visões equivocadas, e de alguns padres contrários à atuação do beato, algumas frases depreciativas vinham à baila, pois para estes, o articulador dos Canudos era um monomaniaco religioso, que soube ser útil e ocupar o vácuo do Estado e da Igreja nas caatingas, criando, com isso, uma nova ordem comunitária (Figura 1).

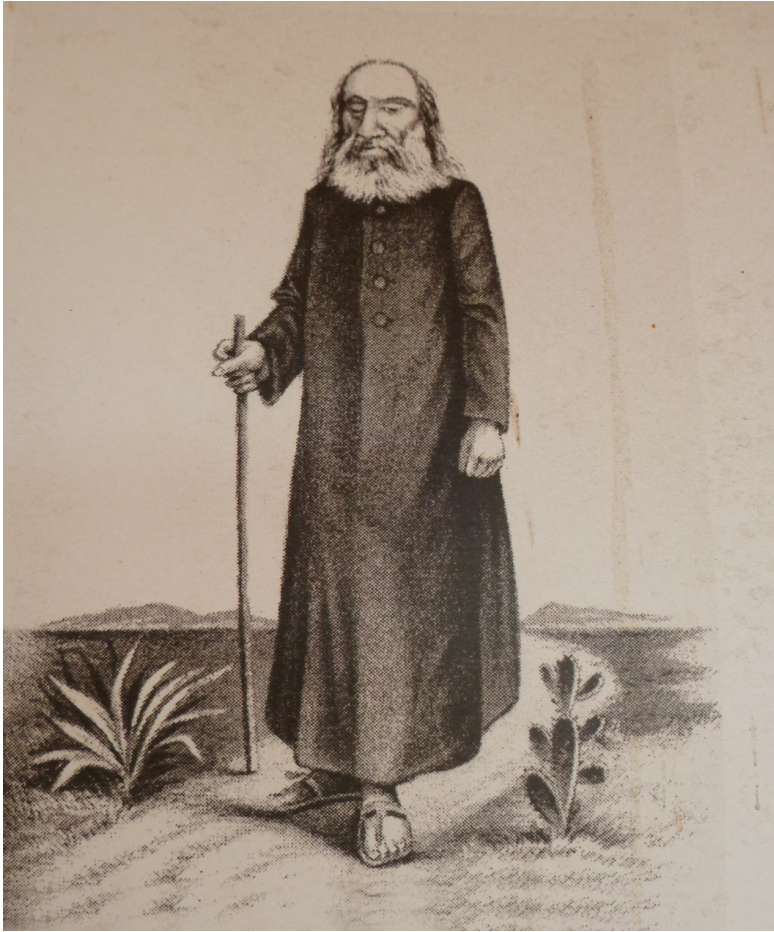


Figura 1: Antônio Conselheiro (Litogravura). Fonte: BARRETO, Dantas. Destruição de Canudos. 1912. Coleção Núcleo Sertão/CEB/UFBA

Se na representação imagética anterior o anacoreta aparece trilhando solitariamente os caminhos das ermas paragens, evocando os tempos de peregrinação e penitências, em outras figuras, que são releituras dessas já mencionadas, o líder de Canudos, evidencia-se no seu Belo Monte, com suas igrejas, e acompanhado de sua Guarda Católica (Figura 2).

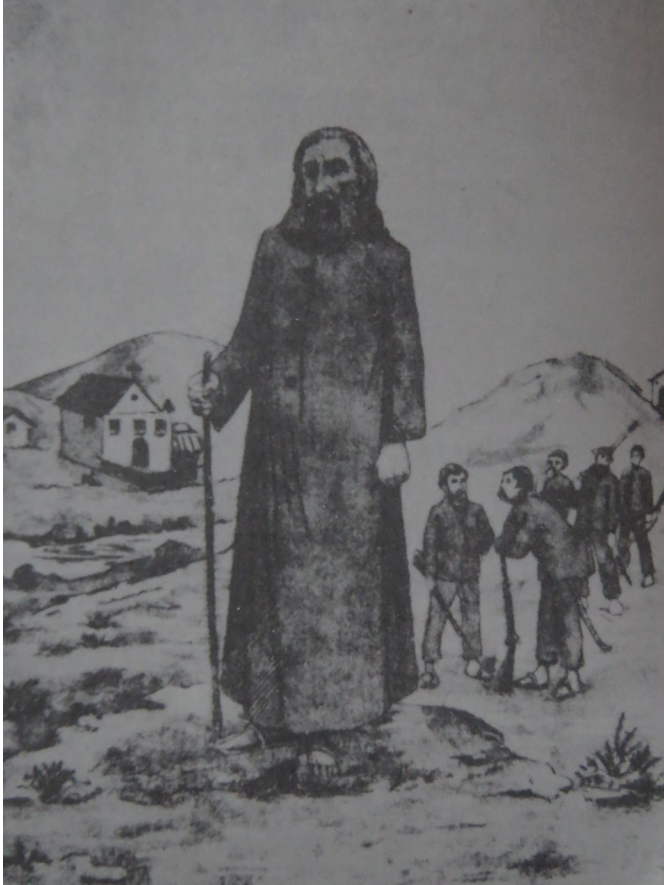


Figura 2: Antônio Conselheiro e a Guarda Católica (Litogravura). Fonte: LLOSA, Mario V. A guerra do fim do mundo. 1982.Coleção Núcleo Sertão/CEB/UFBA

Foi essa tipologia, que acompanhando fragmentos da descrição feita por Frei Evangelista do Monte Marciano em seu relatório, que eclodiu, em 1897, nos mais importantes periódicos da nascente nação republicana. Talvez o mais famoso jornal a partilhar essa iconografia e que a história reteve, foi *A Gazetinha* do Estado do Rio Grande do Sul. Impresso em Porto Alegre, com datação de 10 de outubro de 1897, cinco dias após a destruição de Canudos, apresentava a figura do beato como capa de jornal e cujo título era: *Fiel retrato do Fanático Antônio Conselheiro* (Figura 3).



Imagem 3: Fiel retrato do fanático Antônio Conselheiro. Fonte: Periódico *A Gazetinha*, 1897.

Nesse mesmo tempo figuras clichês do Conselheiro foram publicadas em quase todos os jornais do nordeste e da capital do país. Dessas, destacam-se o Antônio Conselheiro entronado e o Conselheiro endeusado (Figuras 4 e 5); litografias publicadas *a priori* no volante *Breve notícias sobre o célebre fanático Antônio Conselheiro*, que circulou em Pernambuco durante a Guerra no Belo Monte, em 1897.



Figura 4: Antônio Conselheiro entronado (Litogravura). Fonte: BUENO, Eduardo. Brasil uma história, 2010.



Figura 5: Antônio Conselheiro endeusado (Litogravura). Fonte: BUENO, Eduardo. Brasil: uma história, 2010.

A guerra fratricida daqueles confins dos sertões pôs Canudos e Conselheiro em todas as pautas jornalísticas, sendo o evento e o personagem mais divulgados. Nesse sentido, artistas diversos tais como: Angelo Agostini, Antônio Bernardes Pereira Neto, Manoel Lopes Rodrigues, dentre outros, executam seus desenhos, charges, etc., à distância, servindo-se apenas dos comentários, por vezes, depreciativos que circulavam nesses veículos de comunicação.

Habitantes das capitais, sobretudo do Rio de Janeiro, sequer conheciam as realidades dos sertões. Os únicos artistas que estiveram no local do famigerado conflito, e que tiveram a missão de cobrir com imagem a Guerra de Canudos foram apenas dois fotógrafos: Gutierrez, morto no front de combate, e Flávio de Barros, autor das mais conhecidas imagens da guerra e da única fotografia do Conselheiro que chegou aos nossos dias. No mais, as produções tinha um caráter de oposição àquele projeto encetado nos sertões.

As linguagens escolhidas para esse fim foram as da caricatura e da charge as quais se propunham a decifrar, em parceria com o leitor, situações reais, estabelecendo uma identificação entre leitores e os quadros retratados pelos desenhos.

Nessa perspectiva, a justaposição exercida entre contexto e personagens reais e imaginários é que produz o efeito humorístico sendo que o riso do leitor vinha da identificação dos personagens e do reconhecimento da deformação dos momentos apresentados pelo desenho humorístico. Apesar da produção humorística não ser vista com bons olhos numa sociedade fortemente hierarquizada e elitista, condicionada por espaços sociais bem demarcados quando aparecia com o intuito de minar Canudos e o seu líder, essas propostas eram vistas sem receios.

Levando em consideração esses argumentos podemos incluir, nesse rol, produções de Pereira Neto e Angelo Agostini, atuantes no Rio de Janeiro, nesse período. Esses artistas, embora retratassem de forma irônica e debochada outros aspectos da vida social e de personagens diversos da capital, o que não era mais novidade, o sensacionalismo com o qual trataram o tema da campanha de Canudos é que deve ser pauta de análises mais minuciosas.

Nutrido certas simpatias em relação à República, os quais ainda retratavam de forma idealizada, Agostini, em sua *Revista Ilustrada*, veículo de propaganda republicana, vai projetar o Conselheiro de forma caricatural, seja pintando o diabo (na afirmação de políticos e religiosos ele era o próprio beato endiabrado) seja com seu séquito de bufões armados com bacamartes, tentando conter a República, pois os jornais, as elites e as populações urbanas interpretaram o episódio como uma luta em prol da restauração monárquica (Figuras 6, 7 e 8).

Nessas figuras, na maioria das vezes acompanhadas por frases de efeito, defrontam-se, numa perscruta mais atente, dois *brasis*: o do interior (sertão), de clima semiárido, rural, visto como anacrônico e atrasado, representado pelo beato e sua grei; e o Brasil litorâneo: urbano, progressista, republicano, sempre de costas para o interior e pondo-se a olhar para a Europa; o embate entre a loucu-

ra religiosa personificada por Conselheiro, e a razão, personificada pela República.

Na charge, há um jogo de palavras. A ironia de que Antônio Conselheiro “estaria pintando o diabo” estabelece uma relação com a religiosidade popular, que encara o diabo como a representação do mal. Nesse sentido, a crítica relaciona-se à demonização de Antônio Conselheiro, disseminada durante o período republicano, quando sua figura passa a ser associada ao Monarquismo e ao fanatismo religioso. Ao mesmo tempo, há a indicação de um líder resistente, que “está dando o que fazer” e “pintando o diabo”.



Figura 6: Antônio Conselheiro pintando o diabo. Ângelo Agostini, *Revista Illustrada*, n.728, 1897. Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.



Figura 7: Antônio Conselheiro combatendo a República. Ângelo Agostini, *Revista Illustrada*, n.728, 1897. Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

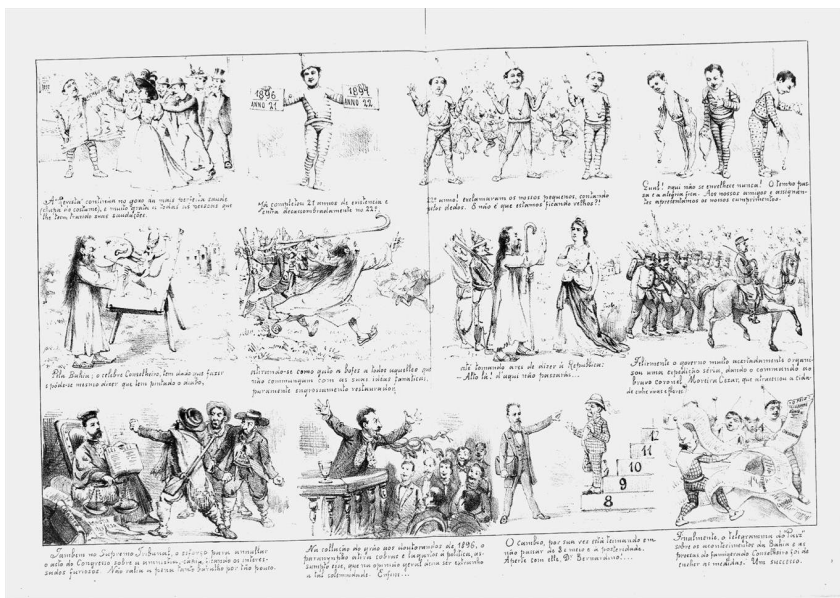


Figura 8: *Revista Illustrada*, n.728, 1897. Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

Ainda com relação às figuras acima, notamos que elas dialogam com a obra *Os sertões* do Euclides da Cunha quando as mesmas fazem a projeção de um santo fracassado, animador de ópera bufa, misto de atraso étnico e cultural e desvio psicológico. Uma ridícula personagem desautorizada pelos códigos da razão e do avanço científico. Observa-se nesse sentido, como a complexidade do fenômeno religioso aí salientado, não se ajusta aos esquemas imputados pelas elites, pelos cientistas da época, e pelo clero.

A mesma desqualificação pode ser vista na obra *Antônio Conselheiro entre canhões*, do desenhista Pereira Neto e datada de 1897 (Figura 9). Com a mesma visão sarcástica e do humor negro, esse seu trabalho se apoia em tendências místicas e pensamentos advindos da oralidade, pois segundo a crença popular, o Conselheiro era encantado, imune ao mal, e, portanto, imortal.

Esse pressuposto das crenças populares era, na visão do homem cidadão, uma forma “assombrosa”, “bárbara” e “arrepiaadora”. A classe pensante das capitais do país, sobretudo o Rio de Janeiro, queria se ver livre, segundo seus ideais, de três formas que ela entendia como atraso: da escravidão, da monarquia, e da ignorância supersticiosa da religião, pois no seu haver a república era laica e atea.



Antônio Conselheiro.

A situação "real" do fanático sebastianista, metido em Canudos, em verdadeiros canudos (lira!) nos sertões da Bahia. É o caso de dizer-lhe: - Fia-te na Virgem ou no Bom Jesus, e...

Figura 9: Antônio Conselheiro. Pereira Neto, *Revista Illustrada*, n.728, 1897. Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

Antônio Conselheiro, alvo principal da visão do litoral, foi produto de um meio religioso específico, porque sertanejo, e sem paralelos. Desde o período colonial o vale do São Francisco era conhecido pela forte influência que sofria das irmandades penitenciais flagelantes. A população sertaneja, crente de um Catolicismo autodidata, misturava um estoicismo cotidiano com a resignação trazida por esperanças messiânicas sancionando uma visão apocalíptica da vida – tudo isso regado pelo culto aos santos protetores. Os *beatos* – leigos que viviam como religiosos regulares, à espera da consagração por um pároco – e outros tipos de andarilhos de fins do século XIX eram na verdade pessoas laicas que agiam à maneira dos religiosos. Ofereciam serviços quase sacramentais, alinhando conselhos práticos e morais a arcaicas alegorias milenaristas. (Ralph della Cava, apud LEVINE, 1995, p. 67).

Ainda na charge anterior, Antônio, que apresenta-se numa trincheira, tenta deter quatro canhões como quem valendo-se pelo gesto ou expressão de seu cantar de efeito mais conhecido: *Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo*. Essa é uma cena que remete ao início da destruição do arraial quando quatro canhões foram apontados em sua direção e logo começaram a bombardeá-lo, destruindo algumas casas e iniciando incêndios em vários pontos. Homens portando rifles foram vistos entrando e saindo dos prédios públicos da cidadela, enquanto mulheres e crianças buscavam abrigo atrás das paredes da igreja nova.

Utilizando-se da ironia ácida, o autor lançou mão de um pequeno texto no qual através de jogos de palavras, Canudos x canudos, tenta diminuir o seu poder de liderança, pois na capital não se aceitava o fato de três expedições terem sido arrasadas anteriormente. Agora que ocorria a quarta, com forças de todo o Brasil, era necessário, segundo o autor, o profeta dos sertões apelar para a Virgem e para o Bom Jesus, pois encontrava-se na mira dos canudos (canhões).

Vê-se, contudo, além da ação desabonadora ou desqualificadora, uma intromissão do homem culto que prefere indicar condições para marcar distâncias entre certas variações da religiosidade popular e a razão crítica impedida de aceitar, pura e simplesmente, que alguém que podia falar “diretamente ao senhor” pusesse em xeque valores republicanos.

Vale ressaltar que a ameaça destruidora que partia da sociedade era combatida por uma prática legitimadora das explicações dadas pelo profeta sertanejo, que passa a significar não apenas a possibilidade da aceitação do divino, como também de resistência. Assim a crença deixa de ser alguma coisa estática e passa a computar como um elemento de luta das camadas exploradas e marginalizadas.

Outra charge de teor jocoso, que teve bastante repercussão no Rio de Janeiro, mesmo antes do arrasamento final do Belo Monte foi a elaborada em agosto de 1897, e publicada no *Dom Quixote, Jornal Ilustrado* de Ângelo Agostini (Figura 10).

Centrado numa visão maniqueísta o autor desse trabalho coloca o exército brasileiro, “salvador da República”, no lado direito; e, apenas o beato envelhecido, sendo o último resistente, do lado esquerdo. Na cena mais abaixo, ao lado dos diálogos, tanto o beato quanto o representante do Estado, estão sentados em tambores jogando as cartas como num jogo de azar, para decidir de quem seria a vitória ou a derrota.

Ironizadas ambas as partes, inclusive o exército pelos grandes fracassos, o autor mesmo sendo um artista de caráter republicano, chama a atenção do leitor para variadas questões a respeito daquele grande conflito. Não se trata aqui de considerar o sertanejo e a Guerra de Canudos uma aula de coragem, força e dignidade. Se muitos jagunços foram decapitados, muitos soldados enfrentaram a morte lenta, ao estilo do sertão, deixando o inimigo morrer de barriga cortada. Para muitos, maldade foi o que não faltou nessa história, de ambos os lados. Portanto, em termos de desgraça, essa guerra representou igualmente a desrazão de ambas as partes.

Na visão de muitos estudiosos de Canudos a tragédia maior dessa história não está apenas nas mãos de quem concebeu os combates. Os mais perseverantes e empenhados na destruição de Canudos eram os brasileiros e brasileiras envergonhados com o atraso e a pobreza da terra. Supunham que, que por eliminação, se poderia chegar à solução dos impasses sociais. Para muitos contemporâneos do massacre, a modernidade era um quadro na parede que se comprava pronto, uma estética urbana importada aos pacotes e uma sociabilidade fria e distante no bom estilo do francês e do inglês.



Figura 10: Em Canudos. Ângelo Agostini, *Dom Quixote*, *Jornal Ilustrado*, n.86, 1897. Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

Referências

BENÍCIO, Manoel. *O rei dos jagunços*: crônica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos. [Edição fac-similar do Jornal do Comércio, 1899]. Brasília, Senado Federal, 1997.

CALASANS, José. *O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro*. Bahia: Tip. Beneditina, 1950.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Editora Martim Claret, 2002.

LEVINE, Robert M. *O sertão ptometido: o massacre de Canudos*. São Paulo. Edusp, 1995.

MACEDO, Nertan. *Antônio Conselheiro*. Rio de Janeiro, Record, 1978.

